


TAM S.A.

CNPJ nº 01.832.635/0001-18

 Demonstrações
Financeiras 2014

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014
Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da TAM S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 20 de Março de 2015

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.236	251	359.991	688.500					
Aplicações Financeiras	8	4.072	5.105	1.337.487	1.526.697					
Contas a receber	9	-	-	3.634.715	3.368.482					
Estoques	10	-	-	429.384	358.438					
Tributos a recuperar	11	2.593	2.593	348.207	161.465					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		32.850	30.150	128.284	76.192					
Depósitos em garantia	13	-	-	14.593	47.193					
Pré-pagamento de manutenção	14	-	-	75.598	357.943					
Despesas do exercício seguinte		-	-	88.538	86.885					
Demais contas a receber		4.212	4.553	70.301	127.999					
		44.963	42.652	6.487.098	6.799.194					
Não circulante										
Ativos não circulante disponíveis para venda		-	-	1.081	4.151					
Caixa restrito		-	-	29.526	27.531					
Empréstimos a receber - Mútuos	12	-	-	3.010.767	2.663.425					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	43.748	41.560	675.721	694.234					
Depósitos em garantia	13	-	-	58.155	75.594					
Depósitos Judiciais	23 (b)	2.095	1.117	505.732	430.352					
Pré-pagamento de manutenção	14	-	-	185.137	181.445					
		15.772	15.408	27.186	25.579					
Investimentos	15	1.147.867	1.103.073	4.493.305	4.102.311					
Imobilizado	16	90	103	3.963.990	6.721.487					
Intangível	17	163.189	163.189	600.007	545.672					
		1.372.761	1.324.450	9.057.302	11.376.553					
Total do ativo		1.417.724	1.367.102	15.544.400	18.175.747					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2012	Atribuídos aos acionistas da TAM					
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos Acumulados	Participação não controladores	Total
830.768	147.771	565.400	(2.487.638)	(943.699)	43.089	(900.610)
			(1.505.611)	(1.505.611)	64.536	(1.441.075)
Outros resultados abrangentes						
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	1.302	-	69	1.371
Hedge de fluxo de caixa	-	-	34.264	-	12.770	47.034
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes	-	-	(7.573)	-	(2.822)	(10.395)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	-	-	(9.075)	-	(3.382)	(12.457)
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	-	-	(1.372)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	17.546	1.372	-	18.918
Resultado abrangente	-	-	(1.504.239)	(1.486.693)	71.171	(1.415.522)
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Aumento de capital	3.623.486	-	-	3.623.486	-	3.623.486
Correção do capital Social	(328)	-	328	-	-	-
Aquisição de investimento - ABSA Linhas Aéreas S.A.	-	-	(56.269)	(56.269)	-	(56.269)
Distribuição de dividendos Multipius pago aos não controladores	-	-	-	-	(61.071)	(61.071)
Distribuição de dividendos da controlada TAM Linhas Aéreas S.A. para não controladores	-	-	-	-	(235)	(235)
Ganho na alienação da participação da Multipius	-	419	-	419	136	555
Plano de remuneração em ações	-	3.542	-	3.542	1.320	4.862
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	3.623.158	3.542	(55.850)	3.28	(59.850)	3.511.328
Em 31 de dezembro de 2013	4.453.926	151.313	527.096	(3.991.549)	1.140.786	54.410
Outros resultados abrangentes						
Plano de assistência médica	-	-	8.004	-	8.004	8.004
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	4.246	-	426	4.672
Hedge de fluxo de caixa	-	-	4.930	-	1.837	6.767
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	-	-	9.196	-	3.431	12.627
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	-	-	(4.884)	-	(1.791)	(6.675)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	1.497	-	-	1.497
Total do resultado abrangente	-	-	19.995	(442.703)	(422.708)	91.358
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Aumento de capital - Nota 25	582.000	-	-	582.000	-	582.000
Distribuição de dividendos Multipius pago aos não controladores	-	-	-	-	(81.159)	(81.159)
Distribuição de dividendos da controlada TAM Linhas Aéreas S.A. para não controladores	-	-	-	-	(1.164)	(1.164)
Ganho na alienação da participação da Multipius	-	2.777	-	2.777	-	2.777
Plano de remuneração em ações	-	(2.775)	-	(2.775)	(1.011)	(3.786)
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	582.000	(2.775)	2.777	582.000	(83.334)	498.668
Em 31 de dezembro de 2014	5.035.926	148.538	549.868	(4.434.252)	1.300.080	62.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores Expressos em Milhares de Reais, Exceto Quando Indicado De Outra Forma)
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") foi constituída em 12 de maio de 1997, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte aéreo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). A Companhia é controladora integral da TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera principalmente com linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no Brasil e no exterior e da Pantanal Linhas Aéreas S.A. ("Pantanal"), empresa que operava linhas regulares de transporte aéreo de passageiros no Brasil e que foi incorporada pela TLA em julho de 2013. Possui 94,98% da Transportes Aéreos do Mercosur S.A. ("TAM Airlines"), empresa de voo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, além de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia e 72,74% da Multipius S.A. ("Multipius") que tem por objeto social, basicamente, o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil com sede na Av. Jurandir, 856, Lote 4, primeiro andar, São Paulo, SP Em 22 de junho de 2012, após a conclusão da Oferta Pública de Permuta de Ações para o cancelamento de Registro de Companhia Aberta, a Companhia passou a ser controlada pela Holdco I S.A. ("Holdco I"). Holdco I é controlada pela TEP Chile S.A. que possui 80,58% das ações votantes da Holdco I.

A Companhia, através da sua controlada TLA, controla as empresas TAM Capital Inc. ("TAM Capital"), TAM Capital 2 Inc. ("TAM Capital 2"), TAM Capital 3 Inc. ("TAM Capital 3"), TAM Financial Services 1 Limited ("TAM Financial 1"), TAM Financial Services 2 Limited ("TAM Financial 2") e TAM Financial Services 3 Limited ("TAM Financial 3"), todas sediadas nas Ilhas Cayman, cujas atividades estão relacionadas com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. Os recursos captados pelas subsidiárias são total e incondicionalmente garantidos pela TAM. TLA também é controladora da empresa Fidelidade Viagens e Turismo S.A. ("TAM Viagens"), que tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo.

Em 1º de fevereiro de 2012, a Companhia constituiu a sociedade anônima TAM MRO - Manutenção Aeronáutica S.A. ("TAM MRO") que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção, reparos, consertos e restauração de aeronaves, motores, peças, acessórios e equipamentos próprios e de terceiros, civis ou militares. A TAM MRO não apresentou atividades operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 1º de novembro de 2013, a TAM adquiriu as ações da ABSA Linhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), que tem como objeto social a exploração de serviços de transporte aéreo regulares de passageiros, cargas e malas postais, serviços auxiliares de transportes aéreos, monitoramento de cargas, despacho operacional de arrendamento mercantil e operacional e fretamento de aeronaves, prestação de serviços de manutenção e comercialização de partes e peças de aeronaves.

A Companhia controla a TP Franchising Ltda. cujo objeto social é o desenvolvimento de franquias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2015.

b. Mudanças nas normas contábeis e divulgações

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Adicionalmente, uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. Entretanto essas normas ainda não foram aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e consequentemente ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Administração está avaliando os potenciais efeitos que as IFRS 9 e 15 terão sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para as novas normas nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual aquela entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda

funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O país de origem e a moeda funcional das controladas são apresentadas a seguir:

Empresa	Localidade	Moeda funcional
Brasil	Brasil	Real
TAM Viagens	Brasil	Real
TAM Capital	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 2	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 3	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 2	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 3	Ilhas Cayman	Real
TP Franchising	Brasil	Real
Fundo Spitfire II	Brasil	Real
TAM Airlines	Paraguai	Guarani
Multipius	Brasil	Real
Corsair	Brasil	Real
Prismah S.A.	Brasil	Real
ABSA	Brasil	Real

Transações e saldos
As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional de cada empresa do Grupo e são registradas utilizando as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento.

Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão a taxas de câmbio do final do exercício dos ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira, exceto quando qualificadas como hedge accounting, e portanto, diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa.

Entidades com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das entidades cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações.

- Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício sobre o patrimônio líquido das controladas no início do exercício são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial", da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício convertido à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício.
- As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado de outras reservas. No caso de alienação total ou parcial de uma participação na Companhia ou controlada, mediante venda ou como resultado de redução de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 24 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 17 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

- Nota explicativa 20 - provisão para manutenção: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 27 - receita de breakage: (i) Bilhetes: principais premissas sobre a expectativa de bilhetes que não serão usados até o seu vencimento; e (ii) Programa de fidelidade: principais premissas sobre a expectativa de pontos que irão expirar sem que sejam utilizados.

5. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas vem sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita	27	-	16.102.390	15.062.317
Custos	28	-	(12.100.515)	(11.847.837)
Lucro Bruto			4.001.875	3.214.480
Despesas gerais e administrativas	28	(8.766)	(1.117.886)	(1.792.109)
Despesas com vendas	28	-	(2.455.361)	(1.865.255)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			(395.018)	(27.466)
Lucro (prejuízo) operacional			(6.766)	(470.350)
Receitas financeiras	30	5.469	3.872	2.352.587
Despesas financeiras	30	(10.099)	(13.231)	(2.845.919)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa	30	-	-	(2.114)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(432.992)	(1.444.083)	(10.454)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social			(446.388)	(1.760.568)
Imposto de renda e contribuição social	24	2.188	4.948	115.545
Prejuízo do exercício			(444.200)	(1.441.075)
Atribuído aos:				
Acionistas da TAM S.A.			(444.200)	(1.505.611)
Acionistas não controladores			87.455	64.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a TAM controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a TAM e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes e as participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações, são atribuídos aos proprietários do Grupo. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. As transações, saldos e ganhos não realizados derivados de transações entre o Grupo e suas controladas são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, sendo, porém consideradas um indicador de redução do valor realizável (*impairment*) do ativo transferido.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos relacionados em um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados ao exercício de controle são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como *ágio (goodwill)*. Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *ágio* inclui também o valor de qualquer participação dos não controladores na adquirida, e o *ágio* é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da adquirida, a diferença é registrada diretamente na demonstração do resultado do exercício.

b. Transações e participações de não controladores

As transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registradas diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

c. Perda de controle em controladas

Quando o Grupo perde o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

d. Empreendimento controlado em conjunto (joint venture)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia em entidades controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação do Grupo nas perdas de *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigação ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*. (Nota 15 (b)).

e. Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	Data-base das demonstrações financeiras		Participação %	
	Participação	2014	2013	
TLA	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
TAM Viagens	31.12.2014	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
TAM Capital 2	31.12.2014	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 3	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
TAM Financial	31.12.2014	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 2	31.12.2014	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 3	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
Fundo Splitfire II	31.12.2014	Indireta	100,00	100,00
TP Franchising	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
TAM Airlines	31.12.2014	Direta	94,98	94,98
Multiplus	31.12.2014	Direta	72,74	72,85
Prismah Fidelidade S.A. (joint venture)	31.12.2014	Indireta	50,00	50,00
Corsair	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
TAM MRO	31.12.2014	Direta	100,00	100,00
ABSA	31.12.2014	Direta	100,00	100,00

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original até três meses e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 7).

5.3 Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir financiamentos de longo prazo.

5.4 Ativos financeiros

5.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: valor justo mensurado por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação no momento do reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação se a menos que tenham sido designados como instrumentos de proteção (*hedge*). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado nas rubricas "receita financeira/despesa financeira" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são apresentadas na mesma linha do resultado em que a operação protegida foi contabilizada.

b. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não notados em um mercado ativo e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalente de caixa, contas a receber, demais contas a receber e caixa restrito. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

5.4.2 Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de recebimento de caixa dos investidores não foram vendidos ou tenham sido transferidos desde que o Grupo tenha transferido, significativamente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a preferência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

5.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados quando o balanço patrimonial quando há intenção de reconhecer o ativo e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

- Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:
 - Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
 - Probabilidade de falência ou reorganização financeira; ou
 - Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
- Dados observáveis indicando que há uma diminuição mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - As mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - As condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil líquido do ativo é reduzido pelo montante da perda por *impairment* na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. O Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor de perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

5.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O critério para reconhecer o ganho ou a perda decorrente de uma operação de derivativo depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge*) e atender os critérios da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. O Grupo adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como instrumento de *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

O Grupo não celebrou novos contratos de instrumentos derivativos em 2014. A movimentação do *hedge* de fluxo de caixa na linha de outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido durante o ano de 2014, refere-se à adoção de *hedge accounting* anteriores que foram realizados durante o ano de 2014. A necessidade da adoção do *hedge accounting* levou em conta o fato de que o faturamento da Multiplus está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descaimento entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferido) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, o *hedge accounting* tem como principal objetivo a compensabilização temporal entre o efeito das operações de *hedge* e a sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedge* altamente efetiva, esperava-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Multiplus.

A Multiplus considerou os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos como operações altamente prováveis, e classificou os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e foram mensurados a valor justo. A porção efetiva das variações no valor justo dos derivativos foram registradas em cada período como ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando as transações eram elegíveis e caracterizadas como um *hedge* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa. O ganho ou a perda relacionado com a porção não efetiva das variações no valor justo dos derivativos foi imediatamente reconhecido no resultado do exercício do resultado econômico.

O Grupo documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção (*hedge*) e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. O Grupo também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, os cálculos de *hedge* ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.

O valor acumulado mantido em objeto de avaliação patrimonial é classificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do *hedge* é realizado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

O Grupo utiliza o *zero cost collar* como instrumento de *hedge* e seu cálculo de valor justo foi realizado com base no modelo de *Black-Scholes* para opções. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto
 - Preço de exercício
 - Volatilidade de preço do ativo-objeto
 - Taxa de juros livre de risco
 - Tempo de duração
 - Taxa de juros em moeda estrangeira
- Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.
- O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de uma fonte independente. A Multiplus utiliza como base de informação e cotação a BM&FBovespa e o Banco Central do Brasil.
- O Grupo não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedge* de valor justo ou investimento líquido.

5.7 Contas a receber

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, mesmo provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, o Grupo reconhece as contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O Grupo constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos há mais de 180 dias, exceto para casos de renegociações e saldos entre partes relacionadas. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 9).

5.8 Estoques

Os estoques, que compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem usados nas atividades de manutenção e reposição, são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. (Nota 10).

5.9 Ativos não circulantes disponíveis para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos disponíveis para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Ativos não são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

5.10 Ativos intangíveis

a. Softwares e projetos de tecnologia da informação

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos *softwares* desenvolvidos internamente incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de *software* e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a 5 anos.

b. Outros ativos intangíveis

Incluem valores relativos a: (a) direito de uso de operação de aeroporto (*slots*) decorrer da aquisição da Pantanal em março de 2010 fundamentado na expectativa de rentabilidade de operar voos regulares a partir dos aeroportos objeto do direito adquirido, (b) aquisição da marca "TAM" ocorrida em julho de 2010 no contexto da aquisição da TAM Milor e (c) licenças e outros direitos contratuais adquiridos de terceiros, que são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

O valor contábil dos intangíveis é analisado para verificar se há redução ao valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável, ou quando os ativos intangíveis ainda não começaram a ser usados e amortizados.

c. Ágio

O *ágio (goodwill)* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O *ágio* é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* surge na aquisição de controladas e representa o excesso de consideração transferidos através da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o valor justo da participação do não controlador na aquisição. Parte do teste de *impairment*, *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é imputado a cada unidade de geração de caixa (UGCs) que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *goodwill* é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual o *goodwill* é monitorado para finalidades de gestão interna. O *ágio* é monitorado no nível da UGC.

O *ágio* é testado anualmente ou mais frequentemente se os acontecimentos ou encargos em circunstâncias indicam comprometimento potencial. O valor contábil do *ágio* é comparado ao valor recuperável, que é o valor mais elevado do valor de uso e justo menos os custos para vender. Qualquer deficiência é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida.

5.11 Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção, que incluem juros e demais encargos financeiros capitalizados. Terrenos não estão sujeitos à depreciação. Cada um dos componentes do ativo que tiver um custo significativo em relação ao total do ativo é depreciado separadamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o valor residual após sua vida útil, esteja totalmente depreciado. A vida útil estimada, valores residuais e métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer alterações são contabilizados prospectivamente. A vida útil dos itens do imobilizado está demonstrada na Nota 16. Os ativos adquiridos através de arrendamento financeiro, bem como *rotables* relacionados à motores e peças adquiridas são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil e o prazo estipulado no contrato de arrendamento.

Segundo o CPC 27 (IAS 16) - "Imobilizado", a revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*overhaul*). Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manutenção *power by the hour*, são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente.

Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave. O valor contábil dos ativos é revisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para lucros acumulados.

a. Pré-pagamento de aeronaves

Os adiantamentos realizados aos fabricantes para aquisição de aeronaves (*pre-delivery payments - PDPs*), nos termos de contratos de compra, são originalmente em dólares e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor pago convertido à taxa de câmbio vigente na data do pagamento. Os *PDPs* são tratados como empréstimos, incluindo juros e diferenças cambiais aplicáveis, incorridos na construção de ativos qualificados, são capitalizados até o momento da entrega das aeronaves. Na hipótese do Grupo decidir não adquirir a aeronave, mas arrendá-la em um contrato de arrendamento operacional, e houver acordo com que os PDPs serão reembolsados ao Grupo, tais valores serão reclassificados para "demais contas a receber".

5.12 Provisão para manutenção

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados: Contratos designados como *time and material*: contratos em que os valores são devidos aos prestadores da manutenção, e reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com as atividades de manutenção efetivamente realizadas. Os custos incorridos correspondem ao valor efetivo do tempo gasto em manutenção, exceto o *fuel*, são revisados anualmente e componentes utilizados.

Contratos designados como *power-by-the-hour*: contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente é reconhecida na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

5.13 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos que possuem vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não são firmados, exceto o *fuel*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

5.14 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Os fornecedores são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria dos fornecedores, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

5.15 Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos (inclui empréstimos e *senior notes*) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Posteriormente, são mensurados pelo valor justo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o valor inicialmente reconhecido.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.

5.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real descritos na Nota 26.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estes estejam sob fiscalização e administração de uma mesma autoridade fiscal. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

5.17 Receita diferida

A conta de receita diferida abrange transportes a executar, contratos de serviços, ganhos em transações de *sale and leaseback* e outras receitas relacionadas ao Programa Fidelidade. A receita diferida decorrente do Programa Fidelidade é inicialmente mensurada pelo seu valor justo, em contrapartida as contas a receber e são reconhecidas ao resultado à medida que os pontos do programa são resgatados.

A conta transportes a executar é composta por bilhetes vendidos e ainda não utilizados. Esses valores são reconhecidos como receita quando o serviço é efetivamente prestado ou após oito meses contados da data da venda do bilhete. (Nota 22)

5.18 Provisões

A Companhia reconhece provisões quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para pagar a obrigação; e (iii) o valor a ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente de custos que deverão ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações específicas de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

5.19 Benefícios a empregados

a. Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação dos lucros e certos indicadores operacionais.

b. Remuneração baseada em ações

A Multiplus oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações da Multiplus, segundo os quais a Multiplus recebe serviços prestados pelos empregados e executivos e em contrapartida entrega opções para aquisição de instrumentos patrimoniais (ações) da Multiplus. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 26.

As condições de mercado e as condições de não aquisição de direito são consideradas na estimativa de valor justo de cada opção na data de outorga. Por outro lado, as condições de serviço e as condições não relacionadas ao mercado não são consideradas na estimativa de valor justo das opções. Ao invés disso, o número de opções é estimado para as condições de serviço e as condições não relacionadas ao mercado que espera-se que sejam atendidas. O resultado dessa estimativa - ou seja, o valor justo das opções na data de outorga, multiplicado pelo número de instrumentos patrimoniais para os quais as condições de serviço e as condições não relacionadas ao mercado espera-se que sejam atendidas - é o custo total da remuneração baseada em ações.

Esse custo das opções concedidas é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período no qual o direito às opções é adquirido de forma incondicional (per

O Grupo apresenta obrigações futuras de arrendamento mercantil financeiro e operacional, vencimentos de outras obrigações com bancos.

	Consolidado				Total	Efeito do desconto	Valor Contábil
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos			
Passivos financeiros não derivativos							
Em 31 de dezembro de 2014							
Obrigações por arrendamento financeiro	412.508	359.727	707.650	797.778	2.277.663	(149.463)	2.128.200
Bônus seniores	45.319	446.079	1.387.034	2.329.653	4.208.085	(1.260.415)	2.947.670
Emprestimos	1.798	1.747	5.238	3.635	12.418	(2.282)	10.136
Antecipação de cartão de crédito	121.805	-	-	-	-	-	121.805
Fornecedores	2.206.450	-	-	-	2.206.450	-	2.206.450
Em 31 de dezembro de 2013							
Obrigações por arrendamento financeiro	757.122	636.563	1.453.323	1.352.425	4.199.433	(284.565)	3.914.868
Bônus seniores	39.968	423.879	1.268.244	2.213.910	3.946.001	(1.351.095)	2.594.906
Emprestimos	1.206.026	1.670	4.638	4.767	1.217.101	(48.729)	1.168.372
Antecipação de cartão de crédito	65.079	-	-	-	-	-	65.079
Programa de recuperação fiscal	43.312	47.206	168.641	483.325	742.484	(294.874)	447.610
Fornecedores	2.198.710	-	-	-	2.198.710	-	2.198.710

(d) Riscos de mercado

O Grupo está exposto a riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais normais. Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, a variações de taxas de juros, de câmbio e preços de querose de aviação (QAV) e tais variações podem afetar negativamente o seu fluxo de caixa e despesas futuras. O risco de mercado é uma possível perda decorrente de variações nos preços de variáveis de mercado (taxas de câmbio, juros, preços de commodities, etc.) que afetem o fluxo de caixa do Grupo. A Política Corporativa estabelece, entre outros pontos, níveis mínimo e máximo de proteção, e *investment grade* como pré-requisito mínimo das contrapartes das operações com instrumentos financeiros derivativos.

(i) Risco relacionado à variação no preço do combustível

Um dos mais importantes riscos financeiros das empresas aéreas é a volatilidade do preço do combustível. O preço do QAV está atrelado à variação da cotação de petróleo no mercado internacional. A política e limites de exposição são revisados frequentemente pelo Comitê de Finanças e pelo Board da LATAM.

O combustível de aviação consumido no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 representou respectivamente 35,2% e 35,0% dos custos e despesas operacionais do Grupo (Nota 28).

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2014, se o preço do barril tivesse variado em torno de 10%, mantendo todas as demais variáveis constantes, o valor do custo com combustível apresentaria um aumento/diminuição de aproximadamente US\$ 207,8 milhões, equivalente a R\$ 552 milhões. Essa variação seria uma diminuição/aumento dos custos com combustível de aviação.

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados do Grupo são afetados por variações nas taxas de juros devido ao impacto de tais variações sobre a despesa de juros incidentes sobre instrumentos de dívida a taxas variáveis, contratos de arrendamento a taxas variáveis e receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo. Para minimizar os possíveis impactos de flutuações das taxas de juros, o Grupo adotou uma política de diversificação, efetuando contratações de operações tanto em taxas fixas quanto em variáveis como LIBOR - *London Interbank Offered Rate* e CDI - Certificado de Depósito Interbancário. O Grupo não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2014 se houvesse um aumento de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado externo (LIBOR), isto causaria um aumento da despesa de arrendamento financeiro e despesa de juros de aproximadamente US\$ 3.962 equivalente a R\$ 10.524 (2013 - US\$ 16.655, equivalente a R\$ 39.017).

Em 31 de dezembro de 2014, se houvesse uma variação para mais ou para menos em um ponto percentual nas taxas de juros de mercado doméstico (CDI), causaria um aumento/diminuição de juros de aproximadamente R\$ 4.507 (2013 - R\$ 4.510).

(iii) Risco de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras de combustível e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são basicamente o Real (R\$) e Guaraní (PYG).

Exposição ao risco

Uma parcela significativa dos custos e despesas operacionais, como serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves é transacionada em dólares. O Grupo tem exposição significativa à moeda estrangeira, principalmente denominada em dólar americano. O total exposto à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2014 é de USD 915 milhões e em 2013 USD 2.446 milhões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2014, se o real tivesse variado 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação para menos ou para mais de aproximadamente R\$ 243 milhões (2013 - R\$ 463 milhões), essencialmente em resultado de ganhos/perdas cambiais na conversão de contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos denominados em dólar americano.

6.2. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

A administração do capital é feita por meio de índice de alavancagem. Este índice é calculado dividindo o endividamento líquido do Grupo pelo capital total. O endividamento líquido é definido como o total de empréstimos e contratos de arrendamento (financeiro e operacional), líquido de caixa e equivalente de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo. O capital total é definido como o patrimônio líquido total menos o saldo acrescido do endividamento líquido.

O capital não é administrado na controladora, somente no consolidado.

O Grupo não está sujeito a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.

Definimos capital total como o total do patrimônio líquido e dívida líquida conforme definido abaixo:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(359.991)	(688.500)
Aplicações Financeiras (Nota 8)	(1.337.487)	(1.526.697)
Empréstimos (Nota 18.3)	10.136	1.168.372
Bônus seniores (Nota 18.2)	2.947.670	2.594.906
Arrendamento operacional (Nota 32)	3.116.061	2.037.272
Arrendamento financeiro (Nota 18.1)	2.128.200	3.914.868
Dívida líquida (1)	6.504.589	7.500.221
Patrimônio líquido total	1.362.514	1.195.196
Capital total (2)	7.867.103	8.695.417
Índice de alavancagem (1)/(2)	82,58%	86,25%

O índice de alavancagem do Grupo diminuiu em 3,57% quando comparado com o exercício de 2013 devido a (i) diminuição dos arrendamentos financeiros (aeronaves que foram transacionadas para a controladora LATAM), (ii) aumento no número de aeronaves classificadas como arrendamento operacional e (iii) crescimento do patrimônio líquido decorrente do aumento de capital ocorrido em 2014 (Nota 25).

A Administração entende que não existe incerteza quanto à capacidade de continuidade do Grupo, uma vez que existem sólidas estratégias sendo implementadas no que diz respeito tanto a melhoria de rentabilidade como redução de riscos a que o Grupo está exposto.

6.3. Classificação contábil e valores justos

O Grupo classifica seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeitos significativos no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não se aplica ao Grupo em 31 de dezembro de 2014.

a. Controladora

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros do Grupo mensurados pelo valor justo:

31 de dezembro de 2014			Total
Nível 1	Nível 2		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Títulos públicos (1)	2.388	1.663	4.051
Títulos privados (1)	-	21	21
	2.388	1.684	4.072

31 de dezembro de 2013			Total
Nível 1	Nível 2		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Títulos públicos (1)	2.799	-	2.799
Títulos privados (1)	-	1.671	1.671
Outros depósitos (3)	-	635	635
	2.799	2.306	5.105

b. Consolidado

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros do Grupo mensurados pelo valor justo:

31 de dezembro de 2014			Total
Nível 1	Nível 2		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Em moeda local			
Fundo de investimento restrito (1)	94.495	109.741	204.236
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	-	972.117	972.117
Fundo de investimento exclusivo	94.495	161.134	161.134
	188.990	1.242.992	1.431.987

31 de dezembro de 2013			Total
Nível 1	Nível 2		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Em moeda local			
Fundo de investimento restrito (1)	903.543	543.834	1.447.377
Certificados de Depósito Bancário - CDB (2)	-	5.561	5.561
Outros	-	7.741	7.741
	903.543	557.136	1.460.679

31 de dezembro de 2013			Total
Nível 1	Nível 2		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Em moeda estrangeira			
Outros depósitos (2)	-	66.018	66.018
	903.543	623.154	1.526.697

Derivativos de passivos financeiros

Derivativo câmbio (3)	-	3.870	3.870
	-	3.870	3.870

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não houve transação entre avaliações de valor justo entre os níveis de hierarquia.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- (1) Refere-se a aplicações em títulos públicos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado e títulos privados que normalmente são a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.

- (2) Certificados de depósito e outros depósitos - valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.

(3) Instrumentos financeiros derivativos - usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, sendo contratos de mercado de balcão (over-the-counter). O Grupo estima o valor justo usando técnicas, tais como Black & Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou mesmo modelos de fluxo de caixa descontado, usados no mercado financeiro, dependendo da natureza do derivativo. Todos os modelos usados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais do derivativo. Esses modelos não têm um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas nos modelos não admitem arbitrariedade, e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.

As aplicações financeiras em sua totalidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação (*trading*).

A gestão das aplicações financeiras no mercado doméstico é feita, majoritariamente, via fundos de investimento exclusivos. Esta estrutura segue alto nível de transparência e governança corporativa. A custódia dos títulos e quotas e a administração dos fundos são feitas por uma instituição independente dos gestores. Os mandatos e regulamentos são consistentes dentro de cada modalidade de gestão e possuem limites e formas de mensuração claras para risco de mercado, crédito e liquidez.

As aplicações em mercados internacionais consistem basicamente em depósitos a prazo, notas e operações *overnight* em dólar americano, todas com bancos de primeira linha com os quais a Companhia se relaciona comercialmente.

6.4. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa (nota 7)	1.236	251	359.991	688.500
Contas a receber (nota 9)	-	-	3.634.715	3.368.482
Depósitos em garantia (nota 13)	-	-	72.748	122.787
Pré-pagamento de manutenção (nota 14)	-	-	260.735	539.388
Caixa restrito	-	-	29.526	27.311
Empréstimos a receber - mútuos (nota 12)	-	-	3.010.767	2.663.425
Depósitos judiciais (nota 23 b)	2.095	1.117	505.732	430.352
Demais contas a receber	19.984	19.961	97.487	152.978
Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (nota 8)	4.702	5.105	1.337.487	1.526.697
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	3.870
Outros passivos financeiros				
Fornecedores (nota 19)	740	4.108	2.206.450	2.198.710
Passivos financeiros (nota 18)	-	-	5.207.811	7.743.225
Empréstimos a pagar - mútuos (nota 12)	94.617	196.617	-	-
Demais contas a pagar	4.146	4.297	130.734	127.477

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e variáveis bancárias	125	251	288.235	467.772
Aplicações financeiras	1.111	-	71.756	220.728
	1.236	251	359.991	688.500

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos que possuem liquidez imediata.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não haviam limites utilizados nas contas garantidas.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas em fundos de investimentos, que são grupos constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes, regidos por um regulamento, sendo a Assembleia Geral seu principal fórum de decisões. A Companhia classifica seus fundos em 3 tipos sendo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Títulos públicos(i)	4.072	5.105	204.236	1.447.377
CDB	-	-	161.134	5.561
Fundo Spifres(ii)	-	-	972.117	-
Outros depósitos	-	-	-	73.759
	4.072	5.105	1.337.487	1.526.697

(i) Fundo restrito: fundo de investimento em cotas de fundos de investimento destinado a investidores qualificados ou não e constituído para receber aplicações de um grupo determinado de investidores que tenham, entre si, vínculo familiar, societário ou pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição.

(ii) Fundo exclusivo: fundo de investimento em cotas de fundos de investimento destinado a investidores qualificados e constituído para receber aplicações de um único cotista.

(iii) Não exclusivo: fundo em 31 de dezembro de 2014, o saldo investido em CDB inclui um investimento em CDB em garantia para prestação de fiança sobre o aluguel da sede administrativa no valor de R\$ 5.455. A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros, e riscos de créditos para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 6.

9. CONTAS A RECEBER

	Consolidado			
	Nacionais	Internacionais	Total	%
Cartões de crédito	1.060.369	100.953	1.161.322	30,9
Agências de turismo	129.986	84.955	214.941	5,7
Programa Fidelidade	314.924	-	314.924	8,4
Correntistas	71.656	9	71.665	1,9
Agência de cargas	44.973	-	44.973	1,2
Partes relacionadas	25	1.701.576	1.701.600	45,3
Outros	152.809	91.350	244.159	6,5
Total	1.774.742	1.978.843	3.753.585	100,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(84.207)	(34.863)	(119.070)	-
	1.690.535	1.944.180	3.634.715	-

	Consolidado			
	Nacionais	Internacionais	Total	%
Cartões de crédito	1.421.722	121.905	1.543.627	44,4
Agências de turismo	197.948	49.753	247.701	7,1
Programa Fidelidade	186.461	-	186.461	5,4
Correntistas	95.679	547	96.226	2,8
Agência de cargas	71.723	1.276	72.999	2,1
Partes Relacionadas	1.126	1.091.528	1.092.654	31,4
Outros	199.365	39.488	238.853	6,9
Total	2.174.024	1.304.497	3.478.521	100,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.781)	(32.258)	(110.039)	-
	2.096.243	1.272.239	3.368.482	-

A variação no saldo do contas a receber ocorreu principalmente pela mudança no padrão de compras dos clientes e sazonalidade do período.

As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	2014	2013
Reais	3.409.472	2.916.602
Dólares americanos	176.297	212.364
Euros	17.236	12.366
Libras estelinas	78.929	34.943
Outras moedas	71.857	302.246
	3.753.585	3.478.521

a. Composição do saldo por vencimento

	2014	%	2013	%
A vencer	3.426.845	91,3	3.053.610	87,8
Vencidos	125.319	3,3	185.142	5,3
até 60 dias	26.163	0,7	38.168	1,1
de 61 a 90 dias	22.511	0,6	50.372	1,4
de 91 a 180 dias	26.943	0,7		

16. IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Equipamentos de voo (I)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (II)	Outros (III)	Total
Custo total	10.264.860	279.666	203.013	170.169	12.547	642.192	293.614	11.866.061
Depreciação acumulada	(4.649.653)	(63.792)	(165.786)	(103.346)	-	(161.997)	(161.997)	(5.144.574)
Em 31 de dezembro de 2013	5.615.207	215.874	37.227	66.823	12.547	642.192	131.617	6.721.487
Amortização de pré-pagamento de aeronaves (IV)	-	-	-	-	-	(782.863)	-	(782.863)
Transferência (v)	346.144	11.080	29.356	25.364	11.873	171.999	60.587	656.403
Transferência (vi)	38.173	5.067	2.859	(24.683)	(7.485)	(38.272)	27.002	2.661
Alienações/baixas (vii)	(2.199.615)	(340)	(638)	(1.133)	(17)	(943)	(2.202.686)	(6.944)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	6.944	-	6.944
Depreciação	(371.411)	(10.861)	(15.617)	(12.688)	-	(27.379)	(437.956)	-
Em 31 de dezembro de 2014	3.428.498	220.820	53.187	53.683	16.918	642.192	190.884	3.963.990
Custo total	8.449.562	295.473	203.013	170.169	16.918	642.192	380.260	9.546.520
Depreciação acumulada	(5.021.064)	(74.653)	(181.403)	(116.034)	-	(189.376)	(5.582.530)	-
Em 31 de dezembro de 2014	3.428.498	220.820	53.187	53.683	16.918	642.192	190.884	3.963.990

	Consolidado						
	Equipamentos de voo (I)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (II)	Outros (III)
Custo total	11.865.652	269.303	179.607	157.164	17.560	930.396	13.675.278
Depreciação acumulada	(4.099.535)	(56.328)	(152.944)	(92.010)	-	(142.177)	(4.542.994)
Em 31 de dezembro de 2012	7.766.117	212.975	26.663	65.154	17.560	930.396	9.132.284
Aquisição ABSA - custo	1.162	4.036	1.807	1.270	-	-	4.946
Aquisição ABSA - Depreciação Acumulada	(518)	(2.207)	(780)	(637)	-	(3.139)	(7.281)
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (IV)	-	-	-	-	-	(447.823)	(447.823)
Aquisições	242.036	737	22.879	8.021	7.686	162.446	34.708
Transferência	42.024	8.781	-	4.440	(12.699)	(44.361)	1.815
Alienações/baixas (v)	(1.885.496)	(984)	(500)	(89)	-	(312)	(1.887.381)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	41.534	41.534
Depreciação	(550.118)	(7.464)	(12.842)	(11.336)	-	(19.820)	(601.580)
Em 31 de dezembro de 2013	5.615.207	215.874	37.227	66.823	12.547	642.192	6.721.487
Custo total	10.264.860	279.666	203.013	170.169	12.547	642.192	293.614
Depreciação acumulada	(4.649.653)	(63.792)	(165.786)	(103.346)	-	(161.997)	(5.144.574)
Em 31 de dezembro de 2013	5.615.207	215.874	37.227	66.823	12.547	642.192	6.721.487

A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é:

	Anos
Equipamentos de voo - aeronaves	6 - 30
Equipamentos de voo - motores	10
Manutenção	4 - 6
Edifícios	25 - 50
Máquinas e equipamentos	10
Computadores	5
Outros	5 - 10

(i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2014, 31 aeronaves nessa modalidade (2013 - 70 aeronaves). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada TLA recebeu 49 aeronaves classificadas como arrendamento operacional (subarrendadas com a controladora LATAM).

(ii) Os valores desembolsados no programa de aquisição de aeronaves são mantidos como adiantamentos, uma vez, que no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica do Grupo demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável.

(iii) Abrengem basicamente móveis e veículos.

(iv) As transferências de pré-pagamento de aeronave ocorrem quando as aeronaves são entregues e os valores são restituídos para a TLA ou capitalizados com os equipamentos de voo como "adições".

(b) Consolidado

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (I)	Softwares	Outros intangíveis	Direito de uso - Slots	Marcas e patentes	Goodwill (II)	Total
Custo total	490.299	121.158	29.830	124.927	168.312	38.262	972.788
Amortização acumulada	(302.747)	(94.564)	(29.805)	-	-	-	(427.116)
Em 31 de dezembro de 2013	187.552	26.594	25	124.927	168.312	38.262	545.672
Aquisição	105.952	31.722	-	-	-	-	137.674
Baixa	(9.727)	(3.057)	-	-	-	-	(12.784)
Transferência (III)	10.017	(12.678)	-	-	-	-	(2.661)
Amortização	(58.602)	(10.292)	-	-	-	-	(68.894)
Em 31 de dezembro de 2014	326.192	32.289	25	124.927	168.312	38.262	600.007
Custo total	597.541	137.145	29.830	124.927	168.312	38.262	1.096.017
Amortização acumulada	(361.349)	(104.856)	(29.805)	-	-	-	(496.010)
Em 31 de dezembro de 2014	236.192	32.289	25	124.927	168.312	38.262	600.007

	Consolidado						
	Projetos de tecnologia da informação (I)	Softwares	Outros intangíveis	Direito de uso - Slots	Marcas e patentes	Goodwill (II)	Total
Custo total	444.764	100.779	30.982	124.927	168.312	38.262	908.026
Amortização acumulada	(224.070)	(84.830)	-	-	-	-	(308.900)
Em 31 de dezembro de 2012	220.694	15.949	30.982	124.927	168.312	38.262	599.123
Aquisição	48.510	19.227	-	-	-	-	67.737
Provisão finalização projetos	(2.975)	-	-	-	-	-	(2.975)
Transferência	-	1.152	(1.152)	-	-	-	-
Amortização	(78.677)	(9.734)	(29.805)	-	-	-	(118.216)
Em 31 de dezembro de 2013	187.552	26.594	25	124.927	168.312	38.262	545.672
Custo total	490.299	121.158	29.830	124.927	168.312	38.262	972.788
Amortização acumulada	(302.747)	(94.564)	(29.805)	-	-	-	(427.116)
Em 31 de dezembro de 2013	187.552	26.594	25	124.927	168.312	38.262	545.672

(i) O saldo de projetos de tecnologia da informação considera os gastos com desenvolvimento de projetos e de softwares, incluindo gastos com materiais, horas trabalhadas de terceiros e outros gastos diretos, os quais são reconhecidos quando é provável que os projetos serão bem sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente quando o seu custo pode ser medido de modo confiável. A amortização desses gastos é feita pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. O prazo de amortização previsto é de até cinco anos, dependendo do estudo de recuperabilidade de cada projeto.

(ii) Quando da aquisição da Pantanal em março de 2010, foram identificados como ativos intangíveis os direitos separáveis de operações de aeroporto. O valor justo desse ativo intangível foi estimado em R\$ 124.927 e o ativo considerado de vida útil indefinida. A Companhia concluiu, durante o primeiro trimestre de 2011, a avaliação da combinação de negócios decorrente da aquisição da Pantanal Linhas Aéreas S.A., iniciada em 15 de março de 2010. Como resultado dessa avaliação, foi registrado o valor de R\$ 38.262 a título de imposto de renda e contribuição social diferido passivo originado da diferença entre o valor fiscal do intangível e o valor justo registrado para fins da combinação de negócios. O passivo fiscal diferido resultante foi registrado em contrapartida ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

(iii) Em 31 de dezembro de 2014 o saldo corresponde a transferência de itens classificados como intangível para imobilizado.

(c) **Teste de recuperabilidade dos ativos**
No exercício de 2014 a administração efetuou testes de recuperabilidade do ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida do Grupo. Após agrupar seus ativos em unidades geradoras de caixa, tais testes foram executados por meio de projeções de fluxo de caixa descontado, levando-se em consideração a perpetuidade do negócio.

Para as projeções de fluxos de caixa descontado foram adotadas as seguintes premissas:
A taxa de desconto utilizada foi de 10,6% a.a. Esta taxa representa o custo de capital por meio da média dos custos de captação ponderados pela participação de cada fonte de fundos na estrutura de capital a longo prazo.
O ano base utilizado no modelo de projeção foi baseado na melhor estimativa da Administração com relação ao fluxo de caixa do ano corrente.
Para a projeção foi utilizado o ano base com a análise de crescimento de mercado utilizando premissas externas e internas, como a participação de mercado, receitas, custos e despesas.
A metodologia adotada está de acordo com os requisitos estabelecidos no pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de Ativos e a Administração entende que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados.
A comparação do valor contábil dos ativos com o seu valor em uso, indicou suficiência de geração de caixa para suportar os ativos registrados e, portanto, foi concluído que não há a necessidade de qualquer ajuste em relação ao seu valor de recuperação.

18. PASSIVOS FINANCEIROS

O valor contábil dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos, são demonstrados abaixo:

	Consolidado			
	Valor Justo	2013	Valor Contábil	2013
Circulante				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 18.1)	412.508	679.469	412.508	684.455
Bônus seniores (Nota 18.2)	46.506	41.665	45.319	39.968
Empréstimos (Nota 18.3)	3.003	1.152.013	1.229	1.159.357
Antecipação de cartão de crédito	121.805	65.079	121.805	65.079
	583.822	1.938.226	580.861	1.948.859
	Valor Justo		Valor Contábil	
	2014		2014	2013
Não circulante				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 18.1)	1.715.692	3.224.490	1.715.692	3.230.413
Bônus seniores (Nota 18.2)	2.993.250	2.669.462	2.902.351	2.554.938
Empréstimos (Nota 18.3)	21.765	8.958	8.907	9.014
	4.730.707	5.902.910	4.626.950	5.794.366

	Encargos financeiros (taxas efetivas em 2014 e 2013)		Formas de pagamento e vencimento final		2014	2013
	Garantias					
Em moeda nacional						
Capital de Giro			116,5% da CDI	Semestral - Junho/2014	-	100.031
Outros				Mensal até 2014	-	1.609
					-	101.640
Em moeda estrangeira						1.056.810
FINIMP (i)	Notas promissórias de US\$ 21 mil e US\$ 23.885	Libor 12m + 2,30% a.a. e libor 12m + 5,57% a.a.		Mensal até 2022	10.136	9.922
Renegociação de arrendamento (ii)	Carta de fiança	Parcelas fixas (US\$ 55 mil)			10.136	1.066.739
					10.136	1.168.372
					(1.229)	(1.159.357)
					8.907	9.015

(i) Financiamento de importação ("FINIMP"), Financiamento a empreendimentos ("FINEM"), Taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e Certificado de depósito interbancário ("CDI").

Os vencimentos das parcelas de longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

	2014	2013
Entre 1 e 3 anos	1.252	1.160
Superior a 3 anos	7.655	7.855
	8.907	9.015

(i) A TAM assinou acordos de empréstimos na modalidade FINIMP, para financiar importação de motores e peças aeronáuticas.

(ii) Dívida proveniente da renegociação de leasing com Nederlandsche Credietverzekering Mij.NV (NCM), firmado em Março de 1999.

19. FORNECEDORES

	Nacionais		Internacionais		Controladora	
	Total	%	Total	%	Total	%
Fornecedores partes relacionadas	641	99	740	100,0	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	641	99	740	100,0	-	-
Fornecedores	3.393	74	3.393	82,6	-	-
Fornecedores partes relacionadas	715	17	715	17,4	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	4.108	4,108	4.108	4,108	-	-
Fornecedores	758.123	104.864	862.977	39,1	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	1.343.463	-	60,9	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	758.123	1.448.327	2.206.450	2,206.450	-	-

	Consolidado	
	2014	2013
Provisão para manutenção - "Power by the hour" (i)	1.346.229	1.111.187
Circulante	(527.867)	(291.622)
Não circulante	818.362	819.565

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia devolveu 14 motores totalizando 192 motores como contratos power by the hour (206 motores em 31 de dezembro de 2013).

21. IMPOSTOS E TARIFAS A RECOLHER

	Controladora	
	2014	2013
PIS e COFINS	16.891	15.058
Outros impostos a recolher	28	69
	16.919	15.127

23. PROVISÕES

a. Movimentação das provisões

O Grupo constitui provisão para os valores de contingências classificadas como de perda provável, segundo avaliação de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2014, o valor total e as movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, eram compostos da seguinte forma:

	Consolidado				
	2013	Provisões	Reversões	Encargos Pagamentos financeiros	2014
Fundo aeronaviário	286.996	-	-	17.451	304.447
Processos trabalhistas	147.838	10.128	(52.674)	(34.340)	70.952
Processos cíveis	127.090	9.661	-	-	136.751
Processos tributários	254.712	16.222	(35.314)	-	235.920
Total das provisões	816.636	36.311	(87.988)	(34.340)	<

Em 31 de dezembro de 2014, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária
Data da outorga.....	4/10/2010	8/11/2010	16/4/2012	3/4/2013	4/10/2010	4/10/2010	16/4/2012	20/11/2013
Data da última modificação.....	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A
Quantidade de ações.....	98.391	36.799	378.517	566.491	1.370.999	154.570	62.046	205.575
Preço de exercício na data da outorga após a modificação.....	23,61	27,83	31,40	38,59	12,28	16,28	31,41	26,50
Taxa de juros, isenta de risco - %.....	12,15	12,15	10,17	7,16	12,15	11,88	8,86	8,99
Rendimento esperado do dividendo - %.....	2,60	2,60	4,17	4,49	2,60	2,59	4,17	4,96
Volatilidade das ações no mercado - %.....	33,79	33,79	32,78	34,56	33,79	34,24	32,78	34,59
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$.....	26,90	31,55	38,36	30,60	26,90	26,90	38,36	28,00
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$.....	27,20	27,20	N/A	N/A	27,20	27,10	N/A	N/A
Valor justo da opção na data da outorga - R\$.....	11,58	14,06	14,68	6,53	16,91	10,53	13,86	7,80
Valor justo da opção na data da modificação - R\$.....	12,17	10,71	N/A	N/A	17,35	14,29	N/A	N/A
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2014.....	29,86	36,93	35,20	41,81	-	-	-	27,64
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2014.....	5.516	2.245	129.370	294.694	-	-	-	205.575
Valorização das opções em circulação - 31/12/2014 - R\$.....	164.710	82.898	4.553.414	12.321.404	-	-	-	5.681.824

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Multiplus negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

(ii) Plano de ações restritas (liquidável em títulos patrimoniais)

Em 21 de maio de 2014 o Conselho de Administração da Multiplus deliberou e aprovou o plano de outorga de Ações Restritas, no total de 91.103 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Multiplus outorgadas aos beneficiários.

A quantidade de Ações Restritas foi calculada com base na expectativa da remuneração ao Empregado dividido pela média simples do preço da ação da Multiplus negociada na BM&F Bovespa no mês anterior ao da presente outorga, abril de 2014. Nesse plano, os Beneficiários somente possuíram plenitude de direitos sobre as Ações Restritas quando atingidas, cumulativamente, as seguintes condições:

• Atingimento da meta de desempenho definida por este Conselho como o retorno sobre o capital investido.

• O Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Multiplus, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir descritas, para aquisição dos direitos relativos às seguintes frações: (i) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

No momento de contemplação dos Beneficiários a Multiplus realizará recompra de ações em circulação e, uma vez em tesouraria, procederá à alienação das referidas ações em tesouraria para o Beneficiário. Considerando a efetivação das condições para o "exercício" das ações restritivas, foi provisionado o montante de R\$ 314 mil, em contrapartida a uma reserva de capital que será utilizada para a compra destas ações no momento em que estas serão entregues aos elegíveis ao plano.

	Número de opções em circulação	Preço médio de exercício
Em 31 de dezembro de 2013.....	-	-
Outorgadas.....	91.103	32,00
Exercidas.....	-	-
Não adquiridas por desligamento.....	-	-
Em 31 de dezembro de 2014.....	91.103	32,00

27. RECEITA

Individualmente, nenhum dos clientes da TAM representa mais de 10% de suas receitas em 2014. O Grupo possui informação de segmentação de receita bruta por tipo de serviço prestado, conforme abaixo:

	Consolidado			
	2014	%	2013	% Período - variação (%)
Doméstica				
Passageiro.....	7.002.508	41,3	7.897.830	49,9
Carga.....	852.174	5,0	691.577	4,3
	<u>7.854.682</u>	<u>46,3</u>	<u>8.589.407</u>	<u>54,2</u>
Internacional				
Passageiro.....	5.076.575	30,0	5.122.935	32,4
Carga.....	934.151	5,5	443.904	2,8
	<u>6.010.726</u>	<u>35,5</u>	<u>5.566.839</u>	<u>35,2</u>
Outras receitas operacionais				
Programa Fidelidade (Multiplus).....	296.386	1,7	517.969	3,3
Agenciamento de viagens e turismo.....	94.648	0,6	90.583	0,6
Outros (inclui bilhetes vencidos).....	2.693.693	15,9	1.068.488	6,7
	<u>3.084.727</u>	<u>18,2</u>	<u>1.677.040</u>	<u>10,6</u>
Receita bruta.....	16.950.135	100,0	15.833.286	100,0
Impostos e outras deduções.....	(847.745)	-	(770.969)	-
Receita líquida.....	16.102.390		15.062.317	

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Consolidado				
	Custo dos serviços prestados	Com vendas	Gerais e Administrativas	Total	%
Pessoal (i).....	2.279.093	292.118	364.825	2.936.036	18,7
Honorários do Conselho de Administração.....	-	-	204	204	0,0
Combustível.....	5.514.597	-	-	5.514.597	35,2
Depreciação e amortização.....	392.260	22.911	91.679	506.850	3,2
Manutenção e reparos (exceto pessoal).....	1.043.586	-	-	1.043.586	6,7
Seguro de aeronaves.....	36.030	-	-	36.030	0,2
Tarifas de decolagem, pouso e navegação.....	925.087	-	-	925.087	5,9
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos.....	981.470	11.823	42.841	1.036.134	6,7
Serviços de terceiros.....	508.276	437.926	369.638	1.315.840	8,4
Vendas e marketing.....	-	1.035.643	-	1.035.643	6,6
Outras.....	420.116	654.940	248.699	1.323.755	8,4
Em 31 de dezembro de 2014.....	12.100.515	2.455.361	1.117.886	15.673.762	100,0

	Despesas gerais e Administrativas		Consolidado		
	Despesas com vendas	Despesas gerais e Administrativas	Total	%	
Pessoal (i).....	2.228.386	292.309	306.384	2.827.079	18,2
Honorários do Conselho de Administração.....	-	-	264	264	0,0
Combustível.....	5.424.963	-	5.424.963	35,0	
Depreciação e amortização.....	567.318	18.427	134.051	719.796	4,6
Manutenção e reparos (exceto pessoal).....	-	-	-	1.003.599	-
Seguro de aeronaves.....	1.003.599	-	-	32.388	6,5
Tarifas de decolagem, pouso e navegação.....	900.439	-	-	900.439	5,8
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos.....	871.363	8.757	55.999	936.119	6,0
Serviços de terceiros.....	263.356	492.902	406.977	1.163.235	7,5
Vendas e marketing.....	-	747.042	-	747.042	4,8
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa.....	(5.671)	-	-	(5.671)	-
Outras.....	561.696	305.818	888.434	1.755.948	11,3
Em 31 de dezembro de 2013.....	11.847.837	1.865.255	1.792.109	15.505.201	100,0

(i) Os custos de pessoal (inclui "Pessoal" e "Honorários da Administração" na Nota 28) têm a seguinte composição:

	2014	2013
Salários e bonificações.....	2.592.721	2.496.859
Plano de pensão de contribuição definida.....	35.221	32.874
Remuneração baseada em ações.....	(6.947)	4.197
Impostos e contribuições sociais.....	315.245	293.413
	<u>2.936.240</u>	<u>2.827.343</u>

Plano de pensão (registrado na conta de demais contas a pagar)..... 42.481 42.442

O Grupo contribui em planos de benefício definido pós-emprego onde é concedido aos empregados aposentados o direito de reembolso de certas despesas médicas. Esses planos de benefícios definidos expõem o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de longevidade e risco de taxa de juros e risco de mercado.

(a) Movimentação do valor líquido do passivo de benefício definido

A tabela a seguir mostra uma conciliação entre o saldo de abertura e o saldo de fechamento na data do balanço para o valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido e seus componentes.

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro.....	42.442	-
Incluído no resultado.....	-	-
Custos do serviço corrente.....	3.912	-
Credito do serviço passado.....	-	42.442
Despesa (receita) de juros.....	4.340	-
	<u>50.694</u>	<u>42.442</u>

Incluído em outros resultados abrangentes

Perdas (ganhos) de remensuração:
- Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de:
• Premissas financeiras..... (14.958) -
• Ajuste pela experiência..... 6.954 -
(8.004) -

Outros

Contribuições feitas pelo Grupo..... (209) -
Benefícios pagos..... (209) -
Saldo em 31 de dezembro..... 42.481 42.442

(b) Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data das demonstrações financeiras foram (em média ponderada):

	2014	2013
Taxa de desconto (% a.a.).....	12,54%	10,25%
Inflação médica (HCCTR) (% a.a.).....	9,18%	8,66%
Aging factor (% a.a.).....	3%	3%
Taxa de inflação de longo prazo (% a.a.).....	6%	5%
Tábua de mortalidade geral.....	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos.....	IAPB 57	IAPB 57

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas.

DIRETORIA

Marco Antonio Bologna
Diretor Presidente

Daniel Levy
Diretor Financeiro

Claudia Marina Nohara
Diretora de Controladoria

Ricardo Yuji Watanabe
Contador - 1SP251964/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

TAM S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da TAM S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data,

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Receitas de juros sobre aplicações financeiras.....	2.146	3.684	154.765	96.911
Receita de juros sobre mútuo.....	-	-	144.228	74.570
Receita de juros.....	-	-	-	20.095
Ganhos cambiais.....	769	188	1.947.016	910.912
Receita Financeira - Depósitos judiciais.....	-	-	83.115	3.224
Outras.....	2.554	-	23.463	16.899
	<u>5.469</u>	<u>3.872</u>	<u>2.352.587</u>	<u>1.122.611</u>

Despesas financeiras

Perdas cambiais.....	-	-	(2.161.178)	(1.766.376)
Despesas de juros.....	(7.584)	(978)	(557.833)	(517.060)
IOF, PIS e COFINS s/ remessas par ao exterior.....	-	-	(24.134)	(73.348)
Outras.....	(2.515)	(12.253)	(102.774)	(31.405)
	<u>(10.099)</u>	<u>(13.231)</u>	<u>(2.845.919)</u>	<u>(2.388.189)</u>

Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa

Ganho.....	-	-	(2.114)	(16.326)
Perda.....	-	-	(2.114)	(16.326)

Resultado financeiro líquido..... (4.630) (9.359) (495.446) (1.281.904)

31. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, a receita proveniente da venda de imobilizado compreende:

	Consolidado	
	2014	2013
Recursos obtidos (utilizados) na alienação de imobilizado.....	668	62.787
Valor contábil imobilizado.....	(1.474)	(5.143)
Perda na alienação de imobilizado.....	(806)	57.644

Consolidado

2014 2013

Valor contábil do disponível para venda..... - 15.044

Perda na alienação..... - (1.728)

Recursos obtidos na alienação do disponível para venda..... - 13.316

Transações não monetárias

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalente de caixa foram:

	Consolidado	
	2014	2013
Aquisições de imobilizado adquirido através de financiamentos.....	-	236.127
Financiamento pré-pagamento de aeronaves.....	-	18.898
Baixa por descarte/ transferência de propriedade.....	2.201.212	1.887.381
Aquisição Investimento ABSA.....	-	56.269
Transferência para ativo não corrente disponível para venda.....	-	974
Baixa de dívida com traspasso.....	1.641.937	1.200.849

32. COMPROMISSOS E SEGUROS

a. Compromissos por arrendamentos operacionais

A TAM S.A. possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2014, a TAM possui 135 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2013 - 103 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 111 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da LIBOR. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 981.470 (2013 - R\$ 871.363), respectivamente, equivalentes a aproximadamente US\$ 369.502 (2013 - US\$ 371.964).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão do Grupo.